

UMA ANÁLISE DAS EXPLICAÇÕES APRESENTADAS PELAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA POR NÃO DIVULGAREM O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE OU SIMILAR

An Analysis of Explanations Submitted by Listed Companies BM& FBOVESPA for not Publicize the Sustainability Report or Similar

Un Análisis de las Observaciones Presentadas por las Sociedades Cotizadas BM&FBOVESPA para no dar a Conocer el Informe de Sostenibilidad o Similar

MARIA LIVÂNIA DANTAS DE VASCONCELOS
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Controladoria da UFRPE

SUELY MARIA SILVA MANZI
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Controladoria da UFRPE

MARCIO SAMPAIO PIMENTEL
Docente da Pós-graduação em Controladoria da UFRPE

Submetido em 24.09.2016.
Aprovado em 03.11.2016
Avaliado pelo processo de double blind review.

RESUMO

A divulgação das ações socioambientais praticadas no meio organizacional é estimulada e orientada por meio de entidades específicas, a fim de elevar a evidência e transparência nas relações das empresas com o meio ambiente. No Brasil, a BM&FBovespa propõe, na iniciativa intitulada "Relate ou Explique", que as empresas adotem a prática da divulgação de suas informações associadas às dimensões social, ambiental e de governança corporativa. Em seu turno, a presente pesquisa busca analisar as justificativas apresentadas pelas empresas que não evidenciaram e não publicaram relatórios de sustentabilidade (ou similar) entre os anos de 2012 a 2015, mas participam da referida iniciativa da BM&FBovespa. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, acompanhada da técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelam que os principais fatores que levam as companhias a não publicarem seus relatórios de sustentabilidade são: os custos para relatar, a falta de uma estrutura operacional e o volume de atividades.

Palavras-chave: Relatórios de sustentabilidade. Evidência. Transparência.

ABSTRACT

The disclosure of social and environmental actions adopted by firms is stimulated and driven by some specific entities, in order to raise the transparency in relations between companies and the environment. In Brazil, the BM&FBovespa proposes a initiative nominated "Report or Explain", which states that companies should disclose information related to social, environmental and corporate governance. In turn, this research aims to analyze the reasons presented by companies that did not released their sustainability reports (or similar) between 2012-2015, even they were participating of that initiative from the BM&FBovespa. The methodology used was desk research, associated with the content analysis technique. The results show that the main factors that lead companies to not publish their sustainability documents are the costs to report, the lack of an operational structure and the volume of activities.

Keywords: Sustainability reports. Disclosure. Transparency.

RESUMEN

La divulgación de las acciones de carácter socioambiental en el entorno de la organización es estimulada e impulsada por entidades específicas, con el fin de aumentar la divulgación y la transparencia en las relaciones entre las empresas y el medio ambiente. En Brasil, la BM&FBovespa propone por medio de la iniciativa titulada "Relate o explique", que las empresas adopten la práctica de divulgar información relacionada con las dimensiones ambiental y social, así como de su estructura de gobierno corporativa. A su vez, esta

investigación busca analizar las justificaciones presentadas por las empresas que no exhibieron o no publicaron informes de sostenibilidad (o similares) entre los años 2012-2015, pero que participaron de la iniciativa de la BM & F Bovespa. La metodología utilizada fue la investigación documental, junto con la técnica de análisis de contenido. Los resultados muestran que los principales factores que llevan a las empresas a no publicar sus memorias de sostenibilidad son los costos de confeccionar el informe, la falta de una estructura operativa y el volumen de las actividades.

Palabras clave: Informes de sustentabilidad, Revelación de información. Transparencia

1 INTRODUÇÃO

Ao relacionar os diversos aspectos que envolvem e delineiam as atividades empresariais, tem-se a compreensão da forte ligação destas práticas na promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico e social de determinado país. Perante este enquadramento, enfatiza-se no cenário atual que o crescimento econômico deve estar fundamentado e alinhado com procedimentos e condutas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Todavia, não obstante, é possível constatar em alguns contextos e operações empresariais à falta de coesão entre produção, consumo e práticas socioambientais responsáveis.

No contexto histórico, as questões de ordem ambiental e social ganharam reforço em nível mundial quando um grupo formado por cientistas de todo o mundo, denominado “Clube de Roma”, com inquietações voltadas ao meio ambiente, divulgaram o relatório “Limites de Crescimento”, que alertava para o fato das empresas terem que começar a se preocuparem com os aspectos ecológicos, pois o mundo estava correndo o risco de ficar seriamente ameaçado (GONÇALVES; HELIODORO, 2005).

As considerações oriundas deste encontro apontam que o grande desafio recai sobre o entendimento de que não basta apenas reduzir o padrão de consumo da humanidade, para aliviar a pressão sobre os recursos naturais, mas também na busca pela promoção da harmonia entre os aspectos econômico, social e ambiental, o chamado tripé da sustentabilidade, ou *triple bottomline*, termo criado por John Elkington da consultoria inglesa SustainAbility. Esse tripé engloba todas as relações entre a sociedade, às organizações e seus interesses (BOVESPA, 2015).

Deste modo, numa busca por melhorias, algumas entidades vêm lançando propostas com recomendações, diretrizes e orientações com perspectivas voltadas ao incentivo das práticas socioambientais no meio organizacional. Este fato é constatado por Nossa (2002) ao afirmar que a necessidade de maior expansão do conhecimento na área ambiental, tem levado alguns organismos nacionais e internacionais a preocuparem-se com a emissão e regulamentação de procedimentos a serem adotados pelas empresas no campo contábil e nos relatórios ambientais.

Acredita-se, que já existe o consenso ante a necessidade das empresas atuarem de forma mais responsável e com respeito às questões sociais e ambientais. Conseqüentemente, diante da preocupação da sociedade com o meio ambiente, as organizações vêm sendo pressionadas a fornecer informações que auxiliem as partes interessadas a avaliarem seu relacionamento com o meio ambiente, deste modo, utilizando-se da evidência ambiental para prestar contas à sociedadee possibilitando aumentar a comunicação e reduzir a assimetria entre as organizações e suas partes interessadas, como: fornecedores, clientes, investidores, sociedade civil, governo, comunidade científica, entre outros (ROSA et al. 2011).

Portanto, sob estes aspectos, predomina a importância da conduta das empresas em evidenciar e tornar transparente a sua relação com o meio ambiente, apresentando, deste modo, o relato das suas práticas socioambientais. Uma das ações voltadas a este delineamento no Brasil foi apresentada pela BM&FBovespa, através da iniciativa “Relate ou Explique” que tem por objetivo estimular as empresas a adotarem a prática da divulgação de suas informações relacionadas às dimensões social, ambiental e de governança corporativa. Contudo, quando as empresas não fizerem uso da publicação de tais informações, devem apresentar explicação, relatando por que não a fazem (BOVESPA, 2015).

Assim, na inquietude para buscar conhecer as justificativas apresentadas pelas empresas que não relatam e não evidenciam o relatório de sustentabilidade ou similar, mas que são participantes da iniciativa lançada pela BM&FBovespa, intitulada *Relate ou Explique* para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, levantam-se os seguintes questionamentos que balizarão este estudo: a) **Quais as explicações apresentadas pelas companhias, quando não divulgam o relatório de sustentabilidade ou similar?** b) **Como se apresenta o quadro evolutivo das justificativas apresentadas pelas empresas, desde o primeiro ano de lançamento do relatório *Relate ou Explique* para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado até o ano de 2015?**

O presente estudo justifica-se pela importância de aprofundar a compreensão e o conhecimento sobre as explicações prestadas pelas empresas, quanto à falta de relato e evidência sobre suas ações socioambientais e quais fatores impedem a divulgação de tais ações.

Este artigo está organizado em quatro seções, iniciando por esta introdução. Em seguida, apresenta-se a fundamentação teórica, com abordagens voltadas à responsabilidade social e ambiental das empresas, a divulgação de informações socioambientais e a contextualização sobre a iniciativa “*Relate ou Explique*” lançada pela BM&FBovespa. Na sequência, discorre-se, sobre o método de pesquisa adotado neste estudo e para cumprir com objetivo proposto apresenta-se a análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa, bem como as considerações finais e as referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na base teórica deste trabalho, foram tratados assuntos concernentes à responsabilidade social e ambiental das empresas, a divulgação de informações socioambientais e por último, buscou-se fazer uma explanação sobre o relatório lançado pela BM&FBovespa, intitulado *Relate ou Explique* para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado.

2.1 Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas

O tema Responsabilidade Social, começou a ser discutido com maior ênfase no Séc. XX e teve como marco inicial a publicação do livro *Social responsibilities of the businessman* de autoria de Howard Bowen, no ano de 1953, reconhecendo que as empresas, devido à sua dimensão e proliferação crescentes, haviam adquirido uma influência alargada na estruturação e desenvolvimento das sociedades e que este aumento de poder, deveria ser acompanhado por um aumento da responsabilidade, constituindo, portanto, a Responsabilidade Social das Empresas (RSE) na obrigação dos empresários em adotarem políticas e práticas adequadas aos objetivos e valores da sociedade (ALMEIDA, 2007).

Almeida (2002, p. 135) cita em seu trabalho que a RSE é definida pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) como:

O comprometimento permanente dos empresários em adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, simultaneamente melhorando a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo.

No entendimento de Passos (2004) pensar em responsabilidade social é pensar em ética. Pois, implica no compromisso com a humanidade, respeitando os direitos humanos,

justiça, dignidade; e com o planeta, comportando-se de forma responsável e comprometida com a sustentabilidade da rede da vida, devendo se voltar para a promoção da cidadania e do bem-estar, tanto do público interno quanto do externo. As empresas precisam dispor seus conhecimentos, seus instrumentos de gestão e seus recursos econômicos a serviço de seus colaboradores, dos membros da sociedade e da defesa do meio ambiente.

O conceito de responsabilidade social e ambiental das empresas é relativamente novo no Brasil, comprova-se que nas últimas décadas vem se difundindo a ideia de que o papel público das empresas engloba mais do que a simples geração de empregos, produtos e contribuição para o crescimento econômico (LETTIERI, 2004), a relevância do tema e as discussões fundamentam-se sobre as práticas realizadas pelas empresas e pelas condições sociais e ambientais que vem despontando em sérios agravamentos para a sociedade e o nosso planeta.

Para Ribeiro e Martins (1993) o reconhecimento da responsabilidade social para com o meio ambiente foi uma das tarefas mais complexas e demoradas a ser assumida pelas empresas. Os autores destacam que esta resistência deveu-se, entre outros, aos seguintes fatores:

- Altos custos para aquisição de tecnologias necessárias para contenção, redução e/ou eliminação de resíduos tóxicos, partindo do pressuposto que todo processo tecnológico em desenvolvimento, tem custos bastantes elevados, o que gerava um forte impacto no fluxo de caixa das empresas e, numa visão superficial, sem proporcionar reflexos positivos, em termos de receitas;
- Inexistência de legislação ambiental ou de rigor nas já existentes, compreendendo que a legislação sobre o assunto é relativamente recente e que as penalidades contidas nas mais antigas não serviam como instrumento inibidor para seus infratores, dado que era menos oneroso para a empresa arcar com os encargos de uma multa do que adquirir equipamentos antipoluentes;
- Os movimentos populares não eram fortes e coesos o bastante para unir e conscientizar toda a sociedade;
- Os consumidores não relacionavam a atuação e o comportamento da empresa ao consumo de seus produtos.

Assim, os esforços da RSE caminham lado a lado com a gestão da qualidade nas empresas. Demandando a implantação de sistemas organizacionais e de produção que valorizem os bens naturais, as fontes de matérias-primas, as potencialidades dos recursos humanos, as comunidades locais e que se inicie um novo ciclo, onde a cultura do descartável e do desperdício seja coisa do passado. Logo, as empresas devem buscar minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no meio ambiente pelas suas atividades (TINOCO; ROBLES, 2006).

Pontua-se, que um dos estágios importante neste contexto prevalece sobre a perspectiva informacional, pois permite que as empresas possam demonstrar, mensurar e avaliar os fatos sociais e ambientais vinculados a sua atividade. Contudo, para que isto se configure como prática real as empresas devem fazer uso de instrumentos e ferramentas que demonstrem e evidenciem de forma transparente as ações desenvolvidas e os compromissos sociais e ambientais assumidos pela organização para alcançar os objetivos e metas traçadas.

2.2 A Divulgação de Informações Socioambientais

A preocupação com o meio ambiente já é tema de debate desde o século XIX. Todavia, apenas em 1972, quando aconteceu a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, é que os países e a sociedade de uma forma geral acordaram para a questão ambiental a nível mundial (QUINTANA et al. 2014).

Em junho de 1992, durante a Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92, com a participação de 178 países, foi aprovado um documento chamado de Agenda 21. Ferreira (2009, p. 14) assinala que “a Agenda 21 trata da necessidade de que países e organismos internacionais desenvolvam um sistema de contabilidade que integre as questões sociais, ambientais e econômicas”. Assim, fica explicada a ligação da contabilidade, da esfera ambiental, com as empresas (QUINTANA et al. 2014).

O século XX foi marcado por um avanço científico e tecnológico sem precedentes na história da humanidade, porém, ao mesmo tempo, foi assinalado por terríveis acontecimentos que deixaram marcas profundas no meio ambiente (SPAREMBERGUER; SILVA, 2005). Com o passar dos tempos, os efeitos dessas agressões vieram à tona em forma de poluição do ar, contaminação dos solos e rios, dentre outros. Os desastres ambientais são os principais riscos que a sociedade moderna enfrenta, visto que podem afetar diretamente as atividades da empresa como também a natureza e a saúde humana (FERNANDES, 2013). Assim, a sociedade começou a solicitar das empresas maior responsabilidade ambiental.

A preocupação do inconsciente coletivo com a preservação ambiental tem se tornado matéria que merece atenção especial por parte da classe executiva. A disseminação de campanhas de conscientização e a disseminação de atitudes pró meio ambiente farão surgir um nicho de consumidores mais exigentes e atentos quanto às questões ambientais e ao comportamento das empresas nesse sentido (KRAEMER, 2001).

Atualmente, é grande a preocupação das empresas com relação ao meio ambiente, visto que suas imagens podem ser prejudicadas perante seus consumidores e perder valor no mercado, como também, ser penalizadas caso cometam alguma infração ambiental (COSTA; MARION, 2007).

Apesar de não existir nenhuma norma ou lei específica que force as empresas a evidenciar informações ambientais em seus relatórios anuais, muitas delas o fazem voluntariamente (MURCIA et al. 2010). Porém, a divulgação dessas informações pode acarretar resultados opostos. De um lado, a divulgação dessas informações leva a custos suplementares e, às vezes, por essas informações tornarem-se públicas podem ser utilizadas pelos concorrentes (SOLOMON; SOLOMON, 2006). Por outro lado, a divulgação dessas informações pode proporcionar benefícios à empresa, ou seja, “a criação de uma imagem ambientalmente correta, atração de investidores socialmente responsáveis [...]” (MURCIA et al. 2010).

Acredita-se que, com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), as informações ambientais sejam divulgadas com mais clareza e precisão pelas empresas brasileiras, em razão de que a omissão da divulgação ambiental acarreta desvantagem competitiva (MIRANDA; MALAQUIAS, 2013). Destarte, almeja-se que as empresas incrementem o nível de divulgação visando assegurar a sua confiabilidade e, portanto, a captação de investidores (FERNANDES, 2013).

Observa-se que, a partir da década de 90, o olhar dos empresários se voltou de maneira crescente para os investimentos nas questões ambientais, impulsionando a

aplicação do *disclosure* ambiental voluntário nos relatórios financeiros e nas homepage, como também pela divulgação no *Global Reporting Initiative* (GRI) e no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), ambos, considerados como relatórios ambientais específicos (NOSSA, 2002).

Nesse mesmo raciocínio, algumas empresas nacionais estão seguindo as indicações das agências especializadas em relatórios de sustentabilidade, visando ampliar a credibilidade da transparência das informações ambientais (MUSSOI; BELLEN, 2010), como as diretrizes da GRI.

A divulgação de informações ambientais tornou-se um tema de grande importância e que, ao longo da década de 1990 tem-se configurado como uma das maiores manifestações da interação das empresas com o meio ambiente vindo a ser considerada como um fenômeno notável, tendo em vista que permaneceu, de forma geral, como uma atividade voluntária (ROVER et al. 2012, p. 218 apud GRAY; BEBBINGTON, 2001).

As empresas divulgam informações visando prover a necessidade dos mais diversos tipos de usuários, e podem fazê-la de forma obrigatória ou voluntária. A divulgação obrigatória é aquela advinda de regulação, feita de forma impositiva, enquanto que a divulgação voluntária são informações adicionais, disponibilizadas conforme a vontade e decisão das empresas, não estando, deste modo, no rol das divulgações obrigatórias (MORAES et al. 2015).

De acordo com Rover et al. (2012) não existe uma teoria predominante para explicar a evidenciação das empresas, mas várias teorias que se complementam, entre as mais utilizadas, destacam-se: a teoria positiva da contabilidade, a teoria da agência, a teoria da divulgação e as teorias baseadas na economia política, como a teoria dos *stakeholders* e a teoria da legitimidade.

Como um dos meios de divulgação cita-se o Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade, que não são obrigatórios para as organizações, no entanto a publicação destes relatórios vem crescendo, todavia, podem ser observados vários problemas nos relatórios divulgados como: abrangência limitada, falta de evidenciação de externalidades negativas, dificuldades de comparabilidade entre os relatórios e entre o desempenho com outras empresas. Estes fatos tendem a prejudicar a capacidade destes relatórios em gerar informações úteis, outro fato é o pouco uso de indicadores quantitativos para medir e demonstrar o desempenho socioambiental destas companhias (AMARAL, 2003).

Somando-se esforços para minimizar estes problemas de aspectos negativos, algumas instituições e organizações, nacionais e internacionais, lançaram recomendações, propostas e/ ou modelos específicos que servem para orientar as empresas no processo de evidenciação das informações socioambientais, tais como:

- O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que publicou a Resolução CFC nº 1.003/04 aprovando a NBC T 15 que dispõem sobre as Informações de Natureza Social e Ambiental, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2006 (CFC, 2004);
- O Modelo proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI) que se materializa como uma importante ferramenta, oferecendo informações abrangentes, não orientadas para o gerenciamento da imagem corporativa, e, por ser um modelo consolidado internacionalmente, oferece as bases para uma maior comparabilidade das informações. A GRI representa um grande esforço para a harmonização das informações, o que traz maior valor ao relatório (CARVALHO; SIQUEIRA, 2007);

- Os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis apresentado como uma ferramenta de gestão que visa apoiar as empresas na incorporação da sustentabilidade e da RSE em suas estratégias de negócio, de modo que este venha a ser sustentável e responsável (ETHOS, 2015).

Segundo Rosa et al. (2011) a evidenciação ambiental é constituída pelo conjunto de meios utilizados pelas empresas para divulgar suas ações e decisões, no intuito de demonstrar o que e como está procedendo com relação ao meio ambiente e à sociedade. Deste modo, um modelo de gestão necessita ser individualizado e sistêmico, para possibilitar o conhecimento *a priori* das informações a serem prestadas para as partes interessadas. Conclui, portanto, que é uma atividade complexa e que envolve interesses conflitantes, isto faz com que a gestão empresarial deva ser alicerçada no reconhecimento do diálogo e na aprendizagem dos atores envolvidos (ROSA et al. 2011).

Tendo em vista os avanços alcançados nos últimos anos, no que se refere às orientações e definições de parâmetros a serem adotados e seguidos para se estabelecer padrões mínimos de qualidade na elaboração e divulgação dos relatórios de sustentabilidade ou similar, foi BM&FBOVESPA lançando em 2011 a iniciativa “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado”, que visa estimular as empresas listadas na bolsa a evidenciarem suas informações socioambientais.

2.3 O Relatório “Relate ou Explique”

O Relatório intitulado “Relate ou Explique” foi criado no final do ano de 2011 e apresentado pela BM&FBOVESPA durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ou Rio+20, que aconteceu na cidade do rio de Janeiro em 2012. O referido relatório foi apresentado como uma iniciativa que busca estimular as empresas listadas na bolsa a reportar para todos os *stakeholders*, especialmente aos investidores e analistas, informações relacionadas ao *disclosure* das companhias de forma geral, dando transparência ao mercado. É uma recomendação lançada em parceria com a GRI, que tem como objetivo facilitar o acesso do mercado, especialmente investidores e analistas, a informações não financeiras, que cada vez mais impactam na decisão de investimento. Neste caso o “Relate ou Explique” procura estimular as empresas, cada vez mais, a adotarem a prática da divulgação de suas informações relacionadas às dimensões social, ambiental e de governança corporativa, quando as empresas não fizerem uso da publicação de tais informações, devem apresentar explicação, relatando por que não fazem a publicação recomendada (BOVESPA, 2015).

Segundo a Bovespa (2015) para participar, as empresas precisarão informar no item 7.8 do Formulário de Referência, até 31 de maio de cada ano, se publicam um relatório de sustentabilidade ou integrado. Em caso positivo, devem indicar o website em que pode ser acessado. Em caso negativo, explicar por que não o fazem.

No Ciclo de 2014 o “Relate ou Explique” apresentou uma novidade, que foi descrito como um processo de evolução e alinhamento ao movimento internacional de integração de informações financeiras e não financeiras nos relatórios anuais corporativos, passando a chamar-se “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” (o nome anterior era “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Similar”).

De acordo com a Bovespa (2015) o tema em análise segue presente na agenda das companhias listadas na bolsa. E que estas, continuam depreendendo esforços para publicarem informações sociais, ambientais e de governança corporativa.

Partindo deste entendimento, elaborou-se a tabela 1, que especifica às três possíveis condutas que podem ser utilizadas pelas empresas em resposta ao Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, retratando o número de companhias que fizeram uso de tais condutas entre os anos de 2012 a 2015.

Tabela 1 – Demonstrativo anual do comportamento das empresas em relação ao “Relate ou Explique”

Nº	Conduta da empresa em resposta ao Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado	2012		2013		2014		2015	
		Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
1	Empresas que informaram que publicaram Relatório de Sustentabilidade ou similar.	96	21%	157	36%	162	37%	160	37%
2	Empresas que explicaram por que não publicam Relatório de Sustentabilidade ou similar.	107	24%	136	31%	149	34%	151	35%
3	Empresas que não se manifestaram (não explicaram e não publicaram).	245	55%	149	34%	126	29%	123	28%
Total		448	100%	442	100%	437	100%	434	100%

Fonte: Adaptado de BOVESPA, 2015.

*Ano de publicação do relatório, as informações contidas nos relatórios tem como base o ano anterior.

Através dos números reportados na tabela 1, confirma-se o aumento gradativo das companhias que vem aderindo à iniciativa da BM&FBOVESPA no decorrer dos quatros anos investigados. Deste modo, é possível verificar que o mais alto percentual observado foi de 37% que se repetiu entre os anos de 2014 e 2015 para as empresas que informaram que haviam publicado relatório de sustentabilidade. Em relação ao número total de empresas, salienta-se, que estes números foram decrescentes para os anos investigados.

Assim, face aos números evidenciados é permitido identificar que o “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” tem alcançado resultados quantitativos importantes e significativos. Nestas circunstâncias, esta iniciativa revela-se, como mais uma ação colaborativa, direcionada ao incentivo da transparência nas relações de cunho social e ambiental praticadas pelas companhias. E conseqüentemente, deve vir a contribuir para que as empresas e os diversos *stakeholders* façam proveito das informações evidenciadas nos relatórios socioambientais publicados.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Nesta seção apresenta-se o delineamento metodológico e as empresas que constituíram a base investigatória desta pesquisa.

3.1 Métodos e Técnicas

O presente estudo caracteriza-se quanto aos objetivos como uma pesquisa exploratória e descritiva, quanto aos procedimentos técnicos assume o delineamento de pesquisa documental e faz uso da análise de conteúdo para estudar e analisar as explicações contidas nos relatórios divulgados pela BM&FBOVESPA, que apresentam os resultados da iniciativa Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, entre os anos de 2012 a 2015. Quanto à abordagem do problema, ela é predominantemente qualitativa, pois segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 61), “é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos”.

De acordo com Gil (2008) as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Portanto, sendo realizada quando o tema escolhido é pouco explorado e o produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

Para Michel (2005) a pesquisa descritiva tem como propósito analisar com maior precisão possível, fatos ou fenômenos em sua natureza e características, busca observar, registrar e analisar suas relações, conexões e interferências, procurando conhecer e comparar as várias situações que envolvem o comportamento humano, individual ou em grupos sociais ou organizacionais, nos seus aspectos social, econômico e cultural. Cervo e Bervian (1996, p. 49) corroboram afirmando que ela “procura descobrir, com a previsão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-los”.

A investigação documental centra-se em dados e/ou informações obtidas de órgãos públicos ou privados que foram registrados e divulgados em determinado período de tempo e que não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008). Assim, a principal fonte de informações para compor este estudo foram os relatórios publicados pela BM&FBOVESPA, em seu sítio eletrônico, no período entre 2012 e 2015. Estes relatórios têm por finalidade apresentar a adesão das empresas listadas na Bovespa quanto à publicação ou não do Relatório de Sustentabilidade ou similar. Nestes documentos, através das respostas contidas, é possível identificar e classificar as empresas em três conjuntos, sendo: i) as empresas que publicaram Relatório de Sustentabilidade ou similar; ii) as empresas que não publicaram Relatório de Sustentabilidade ou similar, mas apresentaram explicações sobre os motivos de não fazerem o relato de suas ações socioambientais; iii) as empresas que não se manifestam.

A análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados utilizada para se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e sistemática, podendo ser aplicada tanto em estudos quantitativos como em qualitativos. Busca inferências confiáveis de dados e informações com respeito a determinado contexto, a partir dos discursos escritos ou orais

(MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 95). Logo, as contribuições e levantamentos poderão ser apreciados na seção de apresentação e análise de resultados.

3.2 Empresas Pesquisadas

Com base no universo das empresas listadas pela BM&FBOVESPA e participantes da iniciativa Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, este estudo teve como foco de análise apenas as empresas que apresentaram algum tipo de explicação por não terem elaborado o relato e a posterior divulgação dos relatórios de sustentabilidade ou similar, em pelo menos um dos anos do período compreendido entre 2012 a 2015.

Assim, este estudo compreendeu a análise das explicações de 107 (cento e sete) companhias no ano de 2012, 136 (cento e trinta e seis) em 2013, 149 (cento e quarenta e nove) em 2014 e 151 (cento e cinquenta e um) em 2015. Ao final dos quatro anos foram analisadas 543 (quinhentas e quarenta e três) explicações das empresas que se manifestaram via Formulário de Referência e que foram apresentadas através de relatório específico pela BM&FBOVESPA em seu website.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No intuito de responder ao primeiro questionamento desta pesquisa que busca conhecer: quais as explicações apresentadas pelas companhias, quando não divulgam o relatório de sustentabilidade ou similar? Elaborou-se a tabela 2, que contém os motivos apontados pelas companhias por não divulgarem relatórios de sustentabilidade ou similar, entre o período de 2012 a 2015.

Um dos principais objetivos desta tabela é apresentar os fatores que dificultam a evidenciação das informações socioambientais segundo as companhias investigadas, através da análise da frequência em que ocorreram determinadas explicações. Permitindo assim, verificarmos quais são os esclarecimentos apresentados pelas companhias e quais os percentuais de recorrência para cada explicação encontrada, para tanto foi realizado o agrupamento das respostas, que resultou em 12 (doze) tipos de explicação.

Tabela 2 – Esclarecimentos utilizados pelas empresas para explicar a não divulgação de relatórios de sustentabilidade ou similar no quadriênio 2012-2015.

Tipo de explicação apresentadas pelas empresas	Número de Empresas que fizeram uso da explicação									
	2012		2013		2014		2015		Média	
	N	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Informa que: não divulga/ não possui / ou não elabora relatório de sustentabilidade	30	28%	50	37%	60	40%	60	40%	50	36%
Está em processo de avaliação das políticas internas/ de estruturação/ ou realizando estudos para emitir o relatório	29	27%	30	22%	29	19%	28	19%	29	22%
Devido à atividade desempenhada não é necessário/ não gera impacto/ não há exigência legal	7	7%	12	9%	15	10%	15	10%	12	9%
Natureza da Atividade	5	5%	8	6%	10	7%	10	7%	8	6%
Momento da Empresa	5	5%	7	5%	10	7%	11	7%	8	6%
Relatório em desenvolvimento	10	9%	7	5%	7	5%	6	4%	8	6%
Os custos para relatar/ não tem estrutura operacional	3	3%	5	4%	6	4%	9	6%	6	4%
Não possui relatório de sustentabilidade, no entanto divulga as ações socioambientais	6	6%	3	2%	4	3%	6	4%	5	4%
Seguindo a recomendação da BMFBovespa desenvolverá o relatório	3	3%	7	5%	5	3%	3	2%	5	3%
A empresa encontra-se em fase pré-operacional	3	3%	4	3%	2	1%	2	1%	3	2%
Afirma que divulga/emite o relatório	5	5%	2	1%	0	0%	0	0%	2	2%
Devido ao volume de atividade	1	1%	1	1%	1	1%	1	1%	1	1%
Total de empresas	107	100%	136	100%	149	100%	151	100%	136	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os dados representados na tabela 2, é possível apontar que a explicação mais utilizada pelas companhias preocupou-se apenas em informar que: a companhia não divulga/não possui/ou não elabora relatório de sustentabilidade, conforme a tabela 2. Sendo esta justificativa utilizada por 30 (trinta) empresas em 2012; 50 (cinquenta) em 2013; e nos anos de 2014 e 2015 o número foi de 60 (sessenta) companhias que fizeram uso desta justificativa em cada ano.

Constata-se que o uso desta explicação não permite uma análise mais aprofundada sobre os fatores e/ou motivos que recaem sobre a não divulgação de informações socioambientais, esta justificativa apenas vem confirmar o fato de que estas empresas não publicam relatórios de sustentabilidade ou similar. Deste modo, pode-se inferir que esta justificativa não atende de forma integral o que dispõe o “Relate ou Explique” sobre o entendimento de que, se caso as empresas não façam a publicação do relatório de sustentabilidade ou similar, estas devem explicar por que não o fazem.

A segunda explicação mais recorrente apontou que as companhias estão em processo de avaliação das políticas internas/ processo de estruturação/ ou realizando

estudos para emitir o relatório, esta justificativa alcançou os percentuais de 27% (vinte e sete) em 2012, 22% (vinte e dois) em 2013 e 19% (dezenove) em 2014 e 2015, sobre o total de empresas investigadas. Diferentemente das explicações apresentadas no parágrafo anterior, verifica-se que estas explicações permitem observar a existência de fatores, que de certa forma dificultam as empresas a elaborarem e evidenciarem as ações relacionadas às questões sociais e ambientais que envolvem suas atividades. É possível também, observar através dos percentuais obtidos, que o uso dessa explicação seguiu uma tendência decrescente nos anos em análise, enquanto que a primeira explicação mais recorrente apresentou evolução crescente, conforme pode ser observado através dos percentuais dispostos na tabela 2.

O terceiro motivo identificado com maior número de frequência, entre os anos investigados, relaciona que, devido à atividade desempenhada não é necessário relatar, ou que a atividade desempenhada pela companhia não gera impacto ou não há exigência legal para apresentar o relatório de sustentabilidade ou similar. Assim esta explicação foi utilizada por 7% (sete) das companhias em 2012, 9% (nove) em 2013 e 10% (dez) em 2014 e 2015. Segundo Rover et al. (2012) no Brasil, de acordo com as normas contábeis, a publicação de informações relativas ao meio ambiente não são obrigatórias. Contudo, existem recomendações para a divulgação ambiental, como o Parecer de Orientação nº 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários, a Norma e Procedimento de Auditoria nº 11 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e a Resolução nº 1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 15.

A explicação que ocupa a quarta posição aponta que o relatório está em desenvolvimento, averigua-se que essa justificativa foi declarada por 9% (nove) das companhias em 2012, 5% (cinco) em 2013 e 2014, e por 4% em 2015.

Os demais motivos apresentados na tabela 1 como: a empresa encontra-se em fase pré-operacional; momento da empresa; não possui relatório de sustentabilidade, no entanto divulga as ações socioambientais; natureza da atividade e os custos para relatar ou não tem estrutura operacional foram utilizados com uma frequência que variou entre 2 (duas) a 11 (onze) companhias que fizeram uso destas explicações.

Verifica-se, que 5% das instituições em 2012 e 1% em 2013 utilizaram o espaço para explicar sem a devida necessidade, tendo em vista que estas instituições fizeram uso do espaço para afirmarem que divulgam ou emitem o relatório. Este lapso foi consertado nos anos posteriores, pois não foi detectada mais nenhuma explicação deste tipo em 2014 e 2015.

Do total das empresas analisadas, observou-se que 3% em 2012, 5% em 2013, 3% em 2014 e 2% em 2015 utilizaram o espaço da explicação para informar que, seguindo a recomendação da BM&FBOVESPA desenvolverá o relatório.

Para responder ao segundo questionamento levantado neste estudo, elaborou-se a figura 1, que tem a intenção de apresentar os resultados evolutivos concernentes as

condutas adotadas pelas empresas entre os anos de 2013 a 2015. A análise tem como base de referência as condutas relacionadas pelas empresas no ano de 2012, primeiro ano da iniciativa Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado.

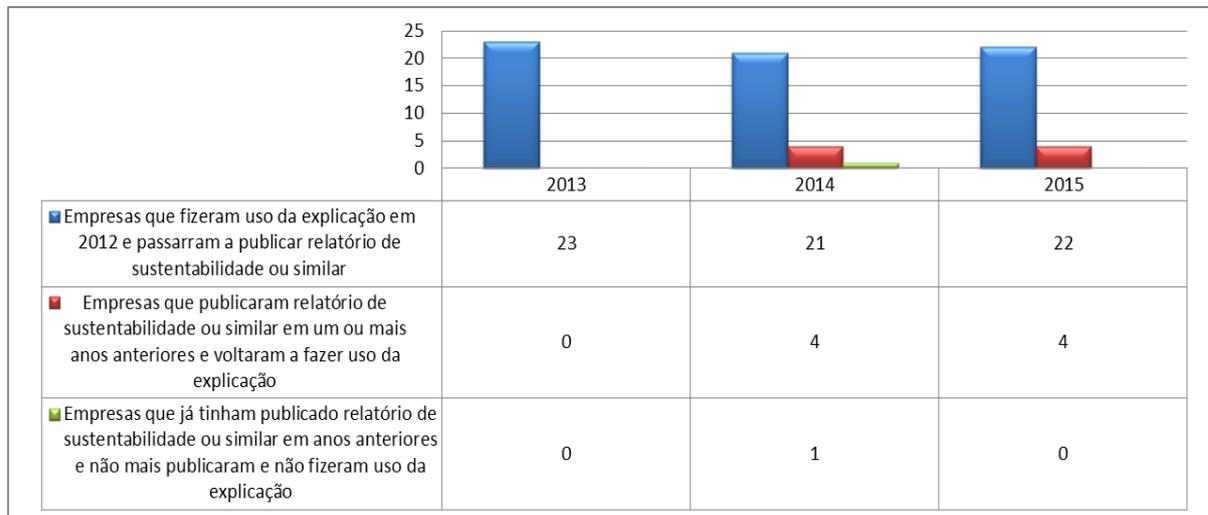
Em relação ao quadro evolutivo, explana-se que este está diretamente relacionado com a mudança de procedimentos reportados pelas companhias no relatório Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, no decorrer do período investigado.

Deste modo, as companhias podem ser vistas sobre duas perspectivas: i) empresas que evoluíram positivamente; e ii) empresas que retrocederam.

Empresas que evoluíram positivamente são aquelas que tinham feito uso da conduta explicativa em ano anterior e no ano em análise passaram a informar que, publicaram relatórios de sustentabilidade ou similar.

As empresas que retrocederam são aquelas que em ano anterior tinham informado que publicaram relatórios de sustentabilidade ou similar e no ano seguinte não mais publicaram, deste modo vindo a fazer uso da conduta explicativa ou não apresentaram nenhum manifesto.

Figura 1 – Análise das mudanças de conduta das empresas participantes do Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou integrado



Fonte: Dados da pesquisa.

Através da figura 1, é possível relacionar o índice médio de 22 (vinte e duas) companhias que evoluíram positivamente, no período analisado, em relação às companhias que fizeram uso do procedimento explicativo no ano de 2012. Em seguida, averigua-se nos anos de 2014 e 2015 que 04 (quatro) empresas, em cada ano, tinham informado anteriormente que publicavam relatório de sustentabilidade ou similar e nestes anos passaram a fazer uso apenas da explicação. Deste modo, estas empresas podem ser observadas como aquelas que retrocederam no processo. Outro recuo observado é evidenciado em 2014, onde uma empresa que também já tinha informado que publicava os

relatórios de sustentabilidade, não se posicionou, isto quer dizer que a empresa não se preocupou em apresentar ao menos uma explicação, passando assim, a integrar a conduta das empresas que não apresentaram nenhum manifesto para o ano em análise.

A pesquisa também buscou conhecer as explicações fornecidas pelas companhias que evoluíram positivamente nos anos de 2013, 2014 e 2015, quando estas, fizeram uso da conduta explicativa em ano anterior. Este resultado pode ser apreciado na tabela 3.

Tabela 3 – Representação do número de empresas que apresentaram explicação e passaram a publicar relatório de sustentabilidade ou similar

Tipo de explicação apresentada anteriormente	Nº de Empresas que fizeram uso da explicação e passaram a fazer relato de sustentabilidade		
	2013	2014	2015
1 - Relatório em desenvolvimento	7	7	7
2 - Afirma que divulga/emite o relatório	4	4	4
3 - Informa que: não divulga/ não possui / ou não elabora relatório de sustentabilidade	4	4	4
4 - Devido à atividade desempenhada não é necessário/ não gera impacto/ não há exigência legal	3	0	1
5 - Está em processo de avaliação das políticas internas/ de estruturação/ ou realizando estudos para emitir o relatório	3	4	5
6 - Não possui relatório de sustentabilidade, no entanto divulga as ações socioambientais	1	1	0
7 - Seguindo a recomendação da BMFBovespa desenvolverá o relatório	1	1	1
Total	23	21	22

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme se verifica na tabela 3, foram encontradas 07 (sete) tipos de explicação, dentre o total das 12 (doze) explicações catalogadas na tabela 2, relacionadas com a evolução positiva das companhias. A explicação que informou que o relatório estava em desenvolvimento, alcançou o maior número de empresas que mudaram da conduta explicativa para a publicação do relatório de sustentabilidade. No entanto, foram apenas 07 (sete), e esta explicação foi utilizada por 10 (dez) empresas no ano de 2012.

Um achado interessante refere-se à afirmação de que a empresa divulga ou emite o relatório. No entendimento dos pesquisadores, as companhias que fizeram uso de tal mensagem, fizeram-na erroneamente, tendo em vista que o espaço é reservado para aquelas empresas que não publicaram seus relatórios de sustentabilidade.

Outra observação que merece destaque relaciona-se com as companhias que fizeram uso da explicação de que não divulga/ não possui / ou não elabora relatório de sustentabilidade, ao verificar que 04 (quatro) delas utilizaram o Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado para informar a publicação de seus relatórios.

Após a análise minuciosa das explicações catalogadas neste estudo, pondera-se, ter reunido informações para discorrer, na próxima seção, sobre os fatos que inviabilizam a

publicação de relatórios de sustentabilidade, por parte das companhias que negociam na BM&FBovespa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou conhecer as justificativas apresentadas pelas empresas que não publicaram relatório de sustentabilidade ou similar e que participam da iniciativa da BM&FBovespa, intitulada *Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado*, no período de 2012 a 2015. Através da análise de conteúdo, realizou-se o agrupamento das justificativas. O resultado deste agrupamento proporcionou conhecimento quanto ao total de 12 (doze) tipos de explicações

Foi possível observar que um número expressivo de empresas, com variação inicial de 30 (trinta) e final de 60 (sessenta), não permitiu maiores esclarecimentos sobre os motivos que dificultam a publicação dos relatórios de sustentabilidade ou similar. Tendo em vista, que ao fazer uso do canal de comunicação relataram que: não divulgam, não possuem ou não elaboram relatório de sustentabilidade. Perante essa limitação informacional, compreende-se, que estas companhias não corroboraram através de seus esclarecimentos para o devido conhecimento sobre as problemáticas que envolvem o campo informacional e a evidenciação das questões socioambientais no contexto organizacional.

Os dados coletados permitiram identificar os possíveis fatores que dificultam a elaboração de informações socioambientais, são eles: os custos para relatar, a falta de uma estrutura operacional e o volume de atividades desempenhadas pela empresa.

Verificou-se também, que algumas empresas entendem que a atividade que desempenham, não gera impactos ambientais, esta resposta traz uma preocupação aos pesquisadores, quanto ao nível de consciência ambiental, pois é conhecido, que toda e qualquer ação humana gera algum impacto ao meio ambiente, seja esta, em menor ou maior grau.

Algumas empresas alegam que, por não existir uma exigência legal não há necessidade para se apresentar relatório de sustentabilidade ou similar. Constata-se através desta explicação, o campo conflituoso em que se insere a discussão da evidenciação ambiental de forma voluntária ou obrigatória.

Por fim, ressalta-se, que diante dos sérios agravos que o meio ambiente vem sofrendo, desponta-se a importância de alinhar o desempenho e as estratégias corporativas com práticas mais eficientes voltadas à preservação e conservação dos recursos naturais, que busquem alinhar contribuições mais efetivas para o alcance de uma maior transparência sobre as questões socioambientais que envolvem o dia a dia das organizações.

Sugere-se, que pesquisas futuras sejam realizadas junto ao grupo de empresas que informam no relatório *Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado*, que publicam informações socioambientais, no intuito de verificar o tipo da apresentação e o nível da informação evidenciada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A. O Bom Negócio da Sustentabilidade. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, F. J. R. de. Ética e Desempenho Social das Organizações: um Modelo Teórico de Análise dos Fatores Culturais e Contextuais. RAC – Revista de Administração Contemporânea, vol. 11, n. 3, 2007, pp. 105-125.

AMARAL, S. P. Estabelecimento de Indicadores e Modelo de Relatório Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica: uma Proposta para a Indústria de Petróleo Brasileira. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ, 2003. Disponível em: <<http://observatorioambiental.iff.edu.br/publicacoes/publicacoes-cientificas/spamaral.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

BOVESPA. Sustentabilidade. 2015. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em: 23 set 2015.

CARVALHO, F. M.; SIQUEIRA, J. R. M. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais de Empresas Latino-Americanas. Pensar Contábil, vol. 9, n. 38, 2007, pp. 1-13.

CERVO, A.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. 4. ed. São Paulo, Makron Books, 1996.

CFC. Resolução CFC Nº 1.003/04 – NBC T15. Aprova a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental. De 19 de agosto de 2004. Diário Oficial da União, 06 set. 2004.

COSTA, R.; MARION, J. A Uniformidade na Evidenciação das Informações Ambientais. Revista de Contabilidade e Finanças, vol. 43, 2007, pp. 20-33.

ETHOS. Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis. 2015. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Indicadores_Ethos20141.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FERNANDES, S. M. Os Efeitos do Disclosure Ambiental Negativo Involuntário: um Estudo de Evento nas Companhias Brasileiras com Alto Índice de Poluição. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 17, 2013, pp. 59-72,

FERREIRA, A. C. S. Contabilidade Ambiental: uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável. 2. ed.. São Paulo, Atlas, 2009.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GONÇALVES, S. S.; HELIODORO, P. A. A Contabilidade Ambiental como um Novo Paradigma. Revista Universo Contábil, vol. 1, n. 3, 2005, pp. 81-93.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. Accounting for the Environment. 2 ed. London, Sage, 2001.

KRAEMER, M. E. P. Contabilidade Ambiental: como Sistema de Informações. Contabilidade Vista & Revista, vol. 12, n. 3, 2001, pp. 71-92.

LETTIERI, C. C. dos S. O Papel Público das Empresas. In: RESPONSABILIDADE Social das Empresas: a Contribuição das Universidades. São Paulo, Peirópolis, 2004, v. 3, pp. 17-20.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. São Paulo, Atlas, 2007.

MICHEL, M. H. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais. São Paulo, Atlas, 2005.

MIRANDA, W. B.; MALAQUIAS, R. F. Análise do Nível de Evidenciação Ambiental de Empresas Brasileiras que Negociam ADRS na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Revista Ambiente Contábil, v. 5, n. 1, 2013, pp. 93 – 111.

MORAES, E. A. de; GONCALVES, R. de S.; NIYAMA, J. K. Ambiente Regulatório e Evidenciação Social: uma Análise das Empresas Brasileiras Listadas na BM&FBOVESPA. Advances in Scientific and Applied Accounting, v. 8, n. 2, 2015, pp. 218 – 243.

MURCIA, F. D. R.; SANTOS, A.; SALOTTI, B. M.; NASCIMENTO, A. Mapeamento da Pesquisa sobre Disclosure Ambiental no Cenário Internacional: uma Revisão dos Artigos Publicados em Periódicos de Língua Inglesa no Período de 1997 a 2007. ConTexto, v. 10, n. 17, 2010, pp. 7-18.

MUSSOI, A.; BELLEN, H. M. V. Evidenciação Ambiental: uma Comparação do Nível de Evidenciação entre os Relatórios de Empresas Brasileiras. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 4, n. 9, 2010, pp. 55-78.

NOSSA, V. Disclosure Ambiental: uma Análise do Conteúdo dos Relatórios Ambientais de Empresas do Setor de Papel e Celulose em Nível Internacional. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2002, f. 246.

QUINTANA, A. C.; MACHADO, D. G.; AMARAL, C. T.; QUINTANA, C. G. Gestão Ambiental: Produção Científica Divulgada em Periódicos Nacionais Qualis B1 a B4 – CAPES. Revista de Administração e Inovação, v. 11, n. 2, July, 2014, pp. 7-29.

RIBEIRO, M. de S.; MARTINS, E. A Informação como Instrumento de Contribuição da Contabilidade para a Compatibilização no Desenvolvimento no Envolvimento Econômico e a Preservação do Meio Ambiente. Caderno de Estudos FIPECAFI, n. 9, out. 1993.

ROSA, F. S. da; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L.; LUNKES, R. J. Gestão da Indicadores de Desempenho Ambiental: Framework Teórico Metodológico. In: XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, Belo Horizonte, MG, Brasil. Anais... Belo Horizonte/MG: 4 a 7 de Outubro de 2011. Disponível em:

<http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011_TN_STO_145_911_18532.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D. R.; BORBA, J. A. Explicações para a Divulgação Voluntária Ambiental no Brasil Utilizando a Análise de Regressão em Paineis. *Revista de Administração*, v. 47, n. 2, 2012, pp. 217-230.

SOLOMON, J. F.; SOLOMON, A. Private Social, Ethical and Environmental Disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 19, n. 4, 2006, pp. 564-591.

SPAREMBERGUER, R. F. L.; SILVA, D. A. A Relação Homem, Meio Ambiente, Desenvolvimento e o Papel do Direito Ambiental. *Revista da Escola Superior Dom Helder Câmara - Veredas do Direito*, v. 2, n. 4, 2005. Disponível em:

<<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/23711/a-relacao-homem-meio-ambiente-desenvolvimento-e-o-papel-do-direito-ambiental>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. A Contabilidade da Gestão Ambiental e sua Dimensão para a Transparência Empresarial: Estudo de Caso de Quatro Empresas Brasileiras com Atuação Global. *Revista de Administração Pública RAP*, v. 40, n. 6, 2006, pp. 1077-1096.